

A agenda ESG (Ambiental, Social e Governança, em português) tem relação com responsabilidade socioambiental, diversidade e compliance, entre outros temas. É amplo, holístico e estratégico para as organizações, razão pelo qual deve ter prioridade na agenda de conselheiros e executivos. Passada a COP26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), quais os pontos de atenção para 2022? Existem questões-chave que precisam ser respondidas e algumas delas são destaques, conforme elencadas abaixo.

1 - O que é relevante e prioritário nas iniciativas ESG da organização? Muitas empresas querem ser ESG, porém ainda não têm uma matriz de materialidade com metodologia formalizada. Sem mapear o que é relevante para a empresa e para os seus stakeholders, é difícil entender e precisar quais os pontos de atenção e o que é prioritário. Além disso, o programa deve estar alinhado à estratégia do negócio e atuar de forma integrada através das múltiplas áreas. É preciso trabalhar os três pilares de forma integrada.

2 - Quais os impactos e riscos oriundos das mudanças climáticas para o negócio? O que a empresa já está fazendo e o que planeja fazer a respeito? Como o Conselho de Administração supervisiona a execução do plano? A ciência e os fatos têm demonstrado que as mudanças climáticas trazem inúmeros riscos para as organizações, inclusive com impactos operacionais e/ou financeiros relevantes. Neste contexto, os investidores têm procurado divulgações alinhadas com as recomendações da TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures). A alta direção precisa ter ciência dos riscos relacionados às mudanças climáticas, em especial os materiais, e mitigá-los de acordo com a política de gestão de riscos e apetite da organização. Muitas organizações precisam atualizar a matriz de riscos corporativos.

3 - Estamos preparados para a economia de baixo carbono? Qual a estratégia de descarbonização? Qual o plano de transição energética? Quais os recursos e tempo necessários? E quais serão os impactos nos nossos resultados financeiros? O plano está evoluindo adequadamente ou precisa ser acelerado para atingir as metas e compromissos? Muitas empresas não estão se preparando adequadamente para uma economia em transição no que tange à matriz energética e à geração de gases de efeito estufa, sejam nas suas próprias operações, seja ao longo de sua cadeia de abastecimento. Um exemplo é em como lidar com a redução de consumo de combustíveis fósseis e eletrificação. É fundamental ter um plano, entender os impactos operacionais e financeiros, ter metas realistas e recursos para a execução. É preciso ter cuidado para não realizar ESG-washing, ou seja, mostrar uma faceta que não corresponde à prática, como se comprometer a ser carbono zero até 2030 sem ter ideia de quão factível é esta meta e quais seriam os avanços necessários a cada ano.

4 - Qual o papel da segunda e terceira linhas de defesa na divulgação do relatório de sustentabilidade? Está se tornando cada vez mais comum a publicação de relatórios de sustentabilidade pelas empresas, bem como assumir compromissos públicos. Dados são apresentados, o que torna importante garantir a integridade e precisão deles, bem como os controles internos associados. A diferenciação de tratamento de dados para reportes financeiros e de sustentabilidade deixarão de existir em razão de demandas crescentes de investidores e de demandas legais e regulatórias visando a maior confiabilidade dos números. Será importante auditar o relatório e avaliar a efetividade dos processos e dos controles associados à geração deste relatório.

5 - Como monitoramos o ambiente legal-regulatório ESG? Monitoramos tendências? Como estamos nos preparando para nos adequar? Temos os recursos necessários? Existem diversas obrigações a serem cumpridas pelas organizações em razão de demandas de leis e regulamentações, seja no Brasil ou no exterior. Avanços na agenda ESG estão sendo promovidos pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), pelo Banco Central, pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e outros órgãos no Brasil, por exemplo. Há decisões do setor financeiro que trarão impacto para todos os demais setores e é importante estar preparado. Há mudanças em andamento no processo de investimento em ativos e na cessão de crédito, bem como no fornecimento de seguros

empresariais. Da mesma forma, decisões na Europa, EUA e outros países irão impactar as empresas brasileiras, dado que estas estão listadas em bolsas internacionais e/ou participam do comércio global. É necessário atuar preventivamente, acompanhando as tendências e promovendo as mudanças necessárias, de modo a estar preparado quando a demanda legal-regulatório vier, seja de forma direta ou indireta.